

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Gleisi deu o mapa de uma negociação em curso

Gleisi: o que se faz e o que se fala

Quando Gleisi Hoffmann presidia o PT, a batizamos aqui de “comentarista-geral da República”. Gleisi fazia dezenas de postagens diárias nas suas redes sociais sobre os mais variados temas, sempre de forma ácida e contundente sobre aqueles que elegia como adversários. Gleisi assumiu a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Mas

não deixou o posto de comentarista-geral da República. Segue postando muito e falando muito. O problema é que a articulação política do governo – sua função agora – muitas vezes exige que se faça, mas não se fale. Há semanas, acontece na Praça dos Três Poderes uma articulação para encontrar uma saída para a questão da anistia. Gleisi resolveu contar.

Mapa

Ao admitir na semana passada que poderia se discutir o projeto de anistia aos presos do 8 de janeiro, desde que fosse para reduzir penas, garantindo-se que ele não se ampliasse para atingir o ex-presidente Jair Bolsonaro, Gleisi deu o mapa completo da negociação.

Silêncio

Uma coisa, porém, eram os poderes avançarem nesse entendimento em silêncio. Outra era desde já seguirem por esse caminho de forma explícita. Porque, a questão envolve sentimentos delicados. O Supremo Tribunal Federal (STF) julga que se tramou um golpe.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Quem participou do 8/01 serviu de massa de manobra

Declaração pode ter travado a solução negociada

Quem invadiu e depredou os prédios da República no 8 de janeiro de 2023 foi massa de manobra para a articulação desse golpe. É até possível que muitos dos que ali estiveram não tivessem claramente esse plano na cabeça. Entender individualmente suas condutas é necessário. Mas, como disse o ministro Alexandre de Moraes,

não foi “um domingo no parque”. Fazer essa separação é algo extremamente complexo. Se, por um lado, pode levar à decretação de penas exageradas, por outro, caso se passe pano em tudo, deixará a ideia de que o país é permissivo com tentativas violentas de interrupção da sua democracia. Num país que já foi permissivo.

Impasse

Há neste momento um impasse. O líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), diz ter conseguido mais de 257 assinaturas de apoio à urgência do projeto de anistia. Se ele obteve essas assinaturas, significa que o projeto já tem a maioria para ser aprovado.

Maioria

Quem assinou o requerimento para a urgência, provavelmente concorda com o seu mérito. É um projeto de lei. Tendo a maioria, é aprovado. Assim, só restaria a Gleisi mesmo, como articuladora, a essa altura negociar os termos do projeto para reduzir os danos.

Articulação

É a articulação que vem tentando o presidente da Câmara, Hugo Motta. Que, a essa altura, já teve conversas no Executivo e no Judiciário. Inclusive, com o ex-presidente Jair Bolsonaro. Mas, enquanto essas conversas não gerassem consenso, a opção era o silêncio.

Discurso

No discurso, todos ficam obrigados a manter por enquanto suas posições. Para não passar a ideia de que estão cedendo. Foi isso que levou à irritação sobre o que disse Gleisi, levando mesmo o decano do STF, o ministro Gilmar Mendes, a reclamar com o presidente Lula.

Anistia será discutida só depois da Páscoa

PL diz que conseguiu assinaturas para urgência do projeto

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Por Gabriela Gallo

O líder da bancada do PL na Câmara dos Deputados, Sóstenes Cavalcante (RJ), confirmou que o partido conseguiu as 257 assinaturas necessárias para protocolar o requerimento de urgência do projeto de lei que concede anistia aos presos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (PL 2858/2022). A informação primeiro foi anunciada pelo parlamentar em suas redes sociais na noite de quinta-feira (10) e depois confirmada em entrevista coletiva, nesta sexta-feira (11), no Rio de Janeiro.

Ao contrário do que fez na primeira reunião de líderes em que apresentou o requerimento de urgência, quando divulgou os nomes dos parlamentares que tinham aderido sem mostrar seus partidos, Sóstenes agora não apresentou uma lista com os nomes de quem assinou.

A estratégia foi orientação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para que o governo federal não pressione os deputados federais a retirarem seus nomes. O União Brasil, por exemplo, foi o partido com o segundo maior número de signatários, atrás apenas do PL, segundo Sóstenes. O partido tem participação no governo federal e comanda os ministérios do Turismo, com Celso Sabino, e de Comunicações, agora com Pedro Lucas Fernandes. Embora não seja filiado ao União, o ministro da Integração Nacional, Waldez Góes, é indicação do presidente do Senado, Davi Al-



Hugo Motta viajou para os EUA e só volta depois da Páscoa

columbre (União Brasil-AP).

Segundo Sóstenes, dos partidos do Centrão, o MDB foi o único que não teve apoio de lideranças e do presidente do partido para o PL da Anistia. Mas o presidente do partido Baleia Rossi, tal como o líder do partido na Câmara dos Deputados, Isnaldo Bulhões (AL), teriam deixado os deputados á vontade para aderir ou não.

Com as assinaturas necessárias, cabe ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) definir se pautará o projeto no plenário da Casa, ou não.

Ele viajou para os Estados Unidos com sua família e retornará após o feriado da Páscoa. Diante disso, ele anunciou que o texto voltará a ser discutido quando ele retornar.

Acordo

Pressionado por ambas as partes, tanto pela oposição para pautar a urgência do projeto quanto pelo governo para não dar prosseguimento com a medida, Hugo Motta tenta um acordo com o governo federal e o poder Judiciário. A principal alternativa do presidente da Câmara é buscar uma redução das penas dos condenados. Contudo, a medida enfrenta resistência no Supremo Tribunal Federal (STF) e no próprio governo.

Na quinta-feira (10), a ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, confirmou as conversas e disse que considera “plausível” que uma eventual redução das penas dos envolvidos seja discutida no Congresso. “Falar sobre anistia

ou mediação de pena, ou redução de pena, eu acho que é plenamente defensável do ponto de vista de muitos parlamentares que estão ali. Talvez a gente até tenha que fazer essa discussão mesmo no Congresso. Agora, o que não pode acontecer é uma anistia daqueles que conduziram o processo do golpe no país”, disse a ministra, se referindo ao ex-presidente Jair Bolsonaro e os demais agora julgados pela tentativa de golpe de Estado.

A ministra foi criticada, tanto por representantes da esquerda quanto por ministros do Supremo. Nesta sexta-feira (11), ela se retratou e disse que fez um “fala mal colocada”. Declarou que o perdão para os envolvidos é de competência do Supremo Tribunal Federal.

Pouco antes de STF abrir ação penal, Bolsonaro passa mal

Reprodução X/Bolsonaro

Por Gabriela Gallo

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou, nesta sexta-feira (11), a decisão da Primeira Turma da Corte que tornou o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros setes indiciados réus por tentativa de golpe de Estado. O acórdão detalha, em 500 páginas, tudo o que foi julgado nas três sessões sobre o caso. No mesmo dia, a Suprema Corte abriu a ação penal contra os réus, que compõem o que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, classificou como o “núcleo crucial” do inquérito.

A decisão marca o início da instrução processual, que é a fase na qual os advogados dos respectivos acusados poderão indicar testemunhas e pedir a produção de novas provas para comprovar as teses de defesa. O ministro-relator do caso, Alexandre de Moraes, concedeu o prazo de cinco dias, a partir desta sexta-feira, para os advogados dos réus apresentarem a defesa prévia.

Com a abertura do processo criminal, os acusados passam a responder pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado pela violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado. A soma das penas para os crimes passam os 30 anos de prisão.

O julgamento do núcleo dois da trama está agendado para os dias 22 e 23 de abril. Serão julgados: o ex-assessor



Bolsonaro foi transferido para Brasília no sábado

de assuntos internacionais de Bolsonaro Filipe Martins; o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques; o ex-assessor de Bolsonaro Marcelo Câmara; o general do Exército Mário Fernandes; a ex-subsecretária de Segurança do Distrito Federal Marília de Alencar; e o ex-secretário adjunto de Segurança do DF Fernando de Sousa Oliveira. Todos eles são acusados de organizarem ações para “sustentar a permanência ilegítima” de Jair Bolsonaro no poder, em 2022.

Bolsonaro

Pouco antes de o Supremo publicar a decisão oficial que o torna réu, Jair Bolsonaro passou mal e teve que ser hospitalizado às pressas no Rio Grande

do Norte. De acordo com o partido Liberal (PL), na noite de quinta-feira (10), o ex-presidente estava em Natal (RN) cumprindo agenda e teve que interromper seus compromissos devido a fortes dores abdominais em decorrência da facada que sofreu em 2018.

Segundo a equipe médica, a tomografia realizada apontou sinais de suboclusão intestinal, que é uma obstrução parcial ou incompleta do intestino. Essa obstrução dificulta, mas não impede completamente, a passagem de gases e fezes. Os principais sintomas são justamente as fortes dores abdominais, distensão abdominal (aliados de Bolsonaro afirmaram que antes dele passar mal, ele estava com a barriga inchada), náuseas,

vômitos e dificuldade para evacuar e/ou eliminar gases.

Ele deu entrada em um hospital na cidade de Santa Cruz, mas teve que ser encaminhado para outra unidade hospitalar em Natal. Ele foi transferido por um helicóptero cedido pela governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT).

Transferência

No sábado, Bolsonaro foi transferido do hospital em Natal para Brasília. O ex-presidente viajou em um jato UTI Móvel e ficará em Brasília no Hospital DF Star.

O último boletim médico divulgado indica que Bolsonaro está estável e houve diminuição da distensão abdominal. Ele deverá se submeter a nova cirurgia.

Por meio de suas redes sociais, Jair Bolsonaro publicou uma foto no hospital informando seus seguidores sobre o ocorrido e sobre seu estado de saúde e o atendimento prestado.

“Graças a Deus, meu quadro está estável e sigo me recuperando, sem febre e com boa evolução clínica”, escreveu na sexta-feira.

“Agradeço de coração aos médicos e enfermeiros dos hospitais de Santa Cruz e de Natal, que me atenderam com rapidez, dedicação e competência, bem como a eficiência no transporte realizado pela Polícia Militar/RN. Também agradeço a todos os brasileiros pelas orações, mensagens e demonstrações de carinho”.